

Educação de jovens e adultos

João Claudio Todorov

No conjunto dos direitos sociais, o direito à educação foi, ao longo dos anos, negado às classes mais pobres da população brasileira. Isso deu origem à luta por uma educação popular. Essa luta não se caracteriza como privilégio apenas da área rural, embora tenha sido a mais sacrificada. É que a situação é mais grave no campo. Entre os trabalhadores rurais assentados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a maioria necessita de condições básicas satisfatórias para a sua sobrevivência econômica. Não recebe também assistência adequada em saúde e infraestrutura hidrossanitária e de educação.

A média nacional de analfabetismo entre os trabalhadores rurais jovens e adultos assentados pelo Incra é de 43%, ultrapassando em alguns estados a cifra de 70%. Os dados do I Censo da Reforma Agrária no Brasil, realizado por um conjunto de universidades, revelam que a prestação de serviços escolares pelo ensino regular nos assentamentos é precário ou não existe.

Frente a essa realidade e às exigências do mercado agrícola cada vez mais sofisticado e globalizado, os índices se tornam inaceitáveis. A exigência de uma política pública de educação de jovens e adultos no meio rural levou o Ministério Extraordinário de Política Fundiária (MEPF) e o Incra, em parceria com as universidades e os movimentos sociais que atuam no campo, a enfrentar o problema, com a criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera). Começou-se, ao mesmo tempo, a ministrar aulas de alfabetização para jovens e adultos nos assentamentos do Incra, cursos de formação em nível superior em Pedagogia e cursos de formação de professores, mas o atendimento só alcançou pequena parte dessa população.

A escola, para desenvolver a educação popular que estamos defendendo (no sentido de resgatar uma imensa dívida que a nação e a sociedade têm com grande parte dessa população marginalizada de qualquer projeto educacional), deve adotar princípios e caminhos que possibilitem o diálogo, a reflexão, a construção de novas identidades políticas. Um modelo que viabilize reflexões e conhecimentos e amplie a capacidade humana para intervir na realidade com vista a transformá-la, para proporcionar melhoria nas condições sociais e culturais das pessoas.

Essas idéias se espalharam como uma chama pelo Brasil e mobilizaram, num curto espaço de tempo, 40 instituições de ensino superior com a formalização de dezenas de projetos em 22 estados para a educação de mais de cem mil trabalhadores rurais jovens e adultos em 1.500 assentamentos do Incra. A novidade do Pronera é que não se limita apenas a alfabetizar. Tem horizonte mais amplo. Prevê, numa segunda etapa, a escolarização, com a formação da educação básica, mediante curso supletivo, de todos os trabalhadores.

O que defendemos é a conversão dessa experiência de Educação de Jovens e Adultos (EJA) numa política de Estado, que inclua todos os trabalhadores e os conduza à continuidade dos estudos, com currículos capazes de integrar aprendizagem dos conceitos científicos ao desenvolvimento auto-sustentável. É indispensável que essa política seja acompanhada com a formação de professores com currículos também adequados à educação do homem do campo.

A ação, coordenada pelo governo federal mediante uma política conjunta de vários ministérios, deve envolver os governos estaduais e municipais, organizações nacionais e internacionais, governamentais e não-governamentais. É a única forma de viabilizar a resolução dos problemas de deficiências auditivas, visual e motora dos jovens e adultos que não tiveram seu desenvolvimento educacional e intelectual no momento adequado de suas vidas. O trabalho deverá ser acompanhado, avaliado e divulgado em conjunto pelo Estado, universidades e movimentos sociais envolvidos.

Essa é uma síntese das propostas que uma equipe de técnicos do Pronera levou para discussão nos dias 29 e 30 de outubro em Curitiba, na coordenação de painel sobre Educação de Jovens e Adultos, em reunião nacional que faz parte da estratégia regional de continuidade dos compromissos assumidos pelo Brasil na V Conferência Internacional de Educação de Adultos.

■ João Claudio Todorov, ex-reitor da UnB, é coordenador nacional do Pronera